

# **De Maurice de Saxe às Guerras da Revolução Francesa: As Raízes da Arte da Guerra Napoleónica**

Miguel Pack Martins



## ***Introdução: Historiografia das Tácticas e Estratégias das Guerras Napoleónicas***

As guerras napoleónicas estão entre os conflitos mais estudados da história militar e Napoleão partilha um lugar similar na vertente dedicada ao estudo dos líderes militares e respectivas campanhas. Aliás, o estudo do conflito é quase imediato e feito por veteranos dessas batalhas, como Henri Jomini e Carl von Clausewitz, que realçaram as capacidades de Napoleão nas suas obras teóricas. Estes acabariam por influenciar a teoria militar do século XIX, contudo, como realça A.M.J Hyatt no seu artigo *The Origins of Napoleonic Warfare: A Survey of Interpretations*<sup>[1]</sup>, nenhum deles recebeu o reconhecimento como historiador desse conflito, apesar do suíço ter sido dos primeiros a fazer um trabalho historiográfico das campanhas de Napoleão e de Frederico o Grande, e ambos não se preocuparam com o processo de mudança que resultou na forma de guerra napoleónica, levando Hyatt a citar Liddel-Hart quanto ao paradigma historiográfico que estes representavam: “Jomini era um técnico científico e Clausewitz um filósofo da guerra”<sup>[2]</sup>.

O foco de cada um foi a estratégia e a táctica das campanhas e tendo em conta o contexto, é normal que esse tenha sido o seu caminho, pois o público alvo destes foram os militares que procuravam melhorar os seus conhecimentos e não historiadores. Nesta altura, a teoria da história ainda estava para começar a dar os seus primeiros passos e na parte militar as escolas francesa e prussiana pressionavam em melhorar as ideias de estado maior, organização e teoria táctica e estratégica. É na transição do século XIX para o XX que surgem os primeiros ensaios historiográficos sobre as origens da arte da guerra napoleónica, primeiro por Jean Colin, na obra *L'Éducation Militaire de Napoléon*, publicada em 1900, e, mais tarde, por Hubert Camon, nos vários volumes da obra *La Guerre Napoléonienne*, publicadas entre 1903-1907, ambos militares franceses, sendo o primeiro o mais referido nas obras historiográficas dedicadas ao estudo das tácticas e

estratégias da guerra napoleónica.

Muito da influência de Jean Colin na historiografia napoleónica deve-se ao trabalho de pesquisa que o militar francês efectuou, procurando, nas obras teóricas de militares franceses e nas várias acções das Guerras da Revolução Francesa, a resposta às suas questões quanto à herança militar que Napoleão teve. O foco do seu trabalho foi principalmente para o marechal francês Maurice de Saxe (1696-1750), do qual fez um trabalho biográfico, entre 1901 e 1906, e para os vários pensadores que defenderam reformas militares após a derrota francesa na guerra dos Sete anos (1756 a 1763), como o Duque de Broglie, Pierre de Bourcet, Conde de Guibert, Gribeauval e os irmãos Jean du Teil e Jean Pierre du Teil. O marechal de Saxe tem como principal obra, que serviu de referência para os militares franceses, a *Mes Reveries*, publicada de forma póstuma, em 1757, onde defendia uma unidade autónoma com base nas legiões romanas e a guerra de mobilidade, sendo notória a existência de influências clássicas como Vegécio e Políbio.

Numa reacção à derrota e aos feitos de Frederico o Grande, rei da Prússia, muitos teóricos militares franceses resolveram afastar-se da ideia de guerra de posições e manobras lentas e defenderam um exército que fizesse da mobilidade o seu ponto forte. O marechal Duque de Broglie, um adepto das teorias de Maurice de Saxe, chega a propor no seu tratado militar, *Instructions pour la Cavalerie du Roi*, de 1760, a divisão do exército em quatro partes com o seu respectivo comando, de forma a aumentar a velocidade da marcha e capacidade de manobra. Outros veteranos da Guerra dos Sete Anos, Pierre de Bourcet e o Conde de Guibert, prosseguiriam com estas teorias militares de mobilidade e divisões na escola militar pré-Revolução. O primeiro, produz, em 1771, a obra *Principes de la Guerre des Montagnes*, que foi uma das principais fontes teóricas do jovem Napoleão. Aí, teoriza a divisão do exército em pequenos corpos autónomos para a marcha em rotas dispersas em território montanhoso, de forma a enganar o inimigo quanto ao real objectivo das suas forças, e para uma rápida concentração num determinado ponto das linhas inimigas. O conceito de mobilidade prevalece como o tema maior da corrente teórica militar francesa e seria explorado pelo Conde Guibert na sua obra teórica *Essai Tactique Generale*, publicada de forma anónima, em 1772, e novamente, já com o nome do autor, em 1773. Seria esta obra que influenciaria as reformas militares que se seguiram até 1789, sob os ministérios de Choiseul, Broglie e Saint Germain, e as efectuadas a nível de infantaria, em 1791. Quanto a Gribeauval, este efectuaría uma reforma na artilharia promovendo a padronização das peças francesas e foi uma forte influência nos irmãos Du Teil quanto ao uso da artilharia como arma de apoio da infantaria e de ataque concentrado num determinado ponto das linhas inimigas, um dos irmãos, Jean Pierre du Teil, seria professor de artilharia de Napoleão na Ecole d'Artillerie de Auxonne.

A obra de Jean Colin atingiu não só a comunidade francófona como também a de língua inglesa influenciando autores como Basil Liddell Hart, que escreveu o livro *The Ghost of Napoleon*, em 1932-33, e Spencer Wilkinson, autor do ensaio *The French Army before Napoleon*, em 1916. A obra *L'Éducation Militaire de Napoléon* é mesmo uma das referências bibliográficas de Liddell Hart, que dedica os primeiros capítulos<sup>[3]</sup> do seu livro à influência das figuras de Maurice de Saxe, Pierre de Bourcet, Conde de Guibert e à

defesa da teoria de Jean Colin destes homens, como os primeiros a teorizar a guerra de mobilidade que caracterizaria a guerra de Napoleão. A influência destas obras nos historiadores das guerras napoleónicas prosseguiria com o tempo e mantiveram-se como referência nas obras de Robert Quimby, *The Background Of Napoleonic Warfare: The Theory Of Military Tactics In Eighteenth-Century France*, de 1952, David Chandler, *Napoleon's Campaigns*, de 1966, e Gunther E. Rothenberg, *The Art of Warfare in The Age of Napoleon*, de 1976, que continuaram o trabalho de pesquisa sobre a arte de guerra dos exércitos franceses durante as guerras da Revolução e do Império.

As teorias de Jean Colin, quanto à influência das acções das Guerras da Revolução Francesa, foram igualmente relevantes, trazendo para o estudo outras importantes fontes que as campanhas militares: os relatórios dos Representantes em Missão, como Dubois-Crancés, e as várias ordenanças e decretos lei feitas pela Convenção Nacional, e depois pelo Directório, para o exército francês. Estas influenciaram a forma de guerra da infantaria (Ordenança de 1791), a organização do exército após conselho de Dubois-Crancés (Ordenanças de 1793) e da artilharia (1795). O objectivo era melhorar a prestação do exército e dar a estes uma maior mobilidade através de tácticas de infantaria padrão como a *ordre mixte*, o sistema de divisões, estado-maior, feitos para a escala de unidades exército e divisão, e a agregação de companhias de artilharia a cada batalhão de infantaria. Através desta pesquisa historiográfica, é possível dar a Napoleão dois tipos de origens para a sua arte da guerra, a teórica, com base nas obras de Maurice de Saxe, Conde de Guibert, Pierre de Bourcet e os irmãos Du Teil, e a prática, fruto das várias mudanças implementadas no exército francês ao longo das Guerras da Revolução Francesa, postas em prática ao longo do conflito por Carnot, Pichegru, Hoche e Moreau nas campanhas, entre 1794-95, nas Flandres, Holanda e Reno.

## ***Maurice de Saxe e a obra Mes Reveries***

Durante o século XVIII, os exércitos faziam a guerra controlando importantes posições fortificadas e a manobrem-se um ao outro com os seus pesados trens de abastecimento e grande dependência de um vasto sistema de depósitos, feitos para alimentar o seu efectivo. Pretendia-se, assim, evitar as atrocidades e a grande atricção de guerra que a população europeia foi sujeita na Guerra dos Trinta Anos. Como consequência, este sistema logístico resultou em maiores despesas militares de manutenção do efectivo, numa marcha mais lenta dos exércitos e em dificuldades por parte do comando na manobra de grandes forças ao longo das campanhas. A cadeia de comando começava também a ter problemas com o aumento do número de regimentos sob o seu comando e cada vez maiores dificuldades de comunicação e distribuição de ordens, sendo a solução, normalmente, a criação unidades temporárias que agregassem os vários regimentos. A procura por mobilidade, através da simplificação dos processos de comando, e de celeridade nas manobras militares, já era um tema debatido nos meados do século em questão, estando a obra *Mes Reveries*, de Maurice de Saxe, e o seu capítulo dedicado à legião, entre os percursos da busca pela mobilidade nos exércitos europeus, referenciando autores clássicos como Vegécio<sup>[4]</sup>.

Este oficial, de origem germânica, teve uma carreira bem vasta que lhe valeu a ascensão ao marechalato francês, obtendo reconhecimento na vitória sobre o exército anglo-austriaco em Fontenoy, em 1745, para a Guerra da Sucessão Austríaca. A continuidade de vitórias que obteve nos anos seguintes, numa guerra que pouco valeu à França, valeu-lhe o estatuto máximo do marechalato francês, o de Marechal-General. É com este estatuto tão proeminente que escreve a obra referida anteriormente, um tratado militar que procurava um novo tipo de organização do exército e a busca de uma guerra mais móvel. Publicado de forma póstuma, em 1757, incluía um capítulo dedicado a um novo tipo de unidade militar de carácter mais autónomo e versátil, a legião, cuja base eram os manípulos romanos. Este novo tipo de unidade era visto como uma solução versátil para os futuros exércitos, que deveriam ser menores, sendo o número ideal o de cinquenta mil soldados, de forma a beneficiar qualidade em vez de quantidade.

Através desta organização a legião permitiria um controlo mais fácil das unidades para o respectivo comando e, por consequência, uma maior celeridade na sua capacidade de manobra e mobilidade. No capítulo dedicado à legião<sup>[5]</sup>, Maurice de Saxe descreve mesmo como esta deve ser estruturada, indicando que a infantaria deve ser formada em legiões com quatro regimentos e cada regimento com 4 centúrias de infantaria, meia centúria de cavalaria e meia centúria de infantaria ligeira, havendo ainda para cada centúria uma peça de artilharia ligeira apelidada de *amusette*<sup>[6]</sup>. O marechal francês vai ainda mais longe descrevendo para cada uma o respectivo comando, desde o oficial ao cabo encarregado de cada companhia, pois cada centúria deveria ser constituída por 10 companhias a 15 soldados com o seu respectivo sargento e cabo. A sua formação era de armas combinadas com as centúrias formadas em manípulos, as *amusettes* colocadas entre estes, havendo ainda espaço entre os batalhões para se mover estas peças de artilharia e a cavalaria. Seria dada alguma autonomia à legião, dando-lhe um comandante e uma estrutura de comando que facilitasse o seu trabalho a nível de manobra e marcha, mantendo-o, no entanto, sob o comando directo do comandante do exército.

Uma outra proposta deste teórico, é o viver da terra como solução aos pesados trens de abastecimento e ao sistema de depósitos da altura. Para alcançar tal solução considerava que uma legião em território ocupado deveria estabelecer um sistema de recollecção de recursos e viver das colheitas regionais<sup>[7]</sup>. Aconselha um sistema de contribuições, onde é necessário entrar em contacto com o chefe local, de forma a evitar pilhagens, e consequentes insurreições populares, e manter o exército pago. De acordo com este, o exército beneficiaria de uma maior mobilidade e capacidade de ameaçar as linhas de abastecimento do inimigo ao poder penetrar mais a fundo no seu território<sup>[8]</sup>. Através do conceito de legião, Maurice de Saxe é dos primeiros a defender uma unidade autónoma acima de regimento e de armas combinadas, tornando uma importante influência para os futuros militares franceses. Além disso, a unidade legião é uma importante arma administrativa, capaz de governar um território ocupado e obter deste os recursos da sua manutenção, aliviando assim a despesa da sua nação.

## Os Teóricos pós-Guerra dos Sete Anos

O fim da Guerra dos Sete Anos trouxe pesadas consequências para os franceses, as várias derrotas, nos teatros de operações europeu e americano, foram um rombo no prestígio e finanças daquele que se considerava o principal exército da Europa. Agora, era a Prússia que tomava esse lugar, através da qualidade e disciplina da sua infantaria, de linha e ligeira, e pelas táticas oblíquas e de manobra sobre a rectaguarda orquestradas pelo seu líder militar, Frederico o Grande. O Duque de Broglie (1718-1804) foi um dos vários oficiais que participaram no conflito, liderando uma campanha no Reno, durante os períodos de 1759-1761. Apesar do sucesso inicial, acabaria por fracassar e resultar no afastamento do marechal francês. Contudo, de acordo com alguns autores, usou um sistema similar ao das divisões<sup>[9]</sup>, dividindo as suas forças e entregando a cada unidade um comando individual, fruto da influência de Maurice de Saxe<sup>[10]</sup>.

Durante a campanha, na cidade de Frankfurt, acabaria mesmo por escrever alguns textos militares caracterizados como instruções para a cavalaria e infantaria real. Dos dois textos, David Chandler refere o tratado militar *Instructions pour la Cavalerie du Roi* como fonte teórica sobre as divisões de exército e ideia de mobilidade. Escrita em 1760, na cidade de Frankfurt, Broglie defende no artigo VII<sup>[11]</sup> que o exército deverá ter duas linhas de infantaria, do qual seriam divididas em 4 divisões durante as campanhas militares. Para organizar melhor o efectivo, a divisão seria constituída por um quarto das brigadas da primeira e segunda linha. Até ao fim da campanha, cada uma teria o seu comando, sendo o comandante divisional, com o posto de tenente general, o responsável pela disciplina, policiamento, marcha, comunicações, guarda e recollecção de provisões da sua divisão<sup>[12]</sup>. Este teria igualmente a seu cargo brigadeiros e coronéis na estrutura de comando, um estado-maior, de forma a facilitar a distribuição das ordens. Quanto à cavalaria, cada ala corresponderia a uma divisão e teria missão de marchar nas alas direita e esquerda do exército, cuja marcha seria em colunas. Apesar do menor contributo no aspecto de obras teóricas, o Duque de Broglie manteve a linha de unidades acima de regimento, e com alguma autonomia, de Maurice de Saxe acesa nos teóricos que defenderiam reformas no exército francês pós-Guerra dos Sete Anos.

A linha teórica da mobilidade prosseguiu com Pierre de Bourcet (1700-1780), um militar de carreira, tal como os anteriores, que participou na Guerra da Sucessão Austríaca, onde foi elogiado pelo seu papel de chefe de estado-maior. Tendo como origem militar a arma de artilharia, Bourcet acabaria por se destacar na engenharia e no planeamento, tendo cumprido funções na frente alpina contra Piemonte, onde participou na Batalha de Cuneo, em 1745. Esta experiência e o testemunho que teve das capacidades de Frederico o Grande, levaram-no a ser um defensor da tese de mobilidade e unidades semi-autónomas, na sua obra *Principes de la Guerre des Montagnes*. A obra foi escrita em 1775 e distribuída de forma fechada entre os oficiais franceses, de forma a não cair em mãos estrangeiras. A sua publicação ao público só ocorreria mais de cem anos depois, em 1888. Apesar de ter sido elaborada para a guerra na montanha, os seus conceitos seriam aplicados por Napoleão nas suas campanhas. Bourcet considerava que era necessário, durante a marcha, a divisão do exército em unidades mais pequenas e autónomas que

teriam maior capacidade de transporem rapidamente o terreno montanhoso. A ideia era marchar dividido para depois se concentrarem num determinado ponto e lutarem unidos. Estas unidades marchariam de forma dispersa, por rotas convergentes ou paralelas entre si, teriam a capacidade de lutarem sozinhas e deveriam ter o seu próprio comando, ligado ao comandante do exército. Este dispersar de forças serviria igualmente para enganar o inimigo quanto ao real objectivo do exército, pois ao ameaçá-los em vários pontos, numa frente larga, este era obrigado a dividir-se e a dispersar-se para cobrir o máximo de rotas possíveis. Esta situação poderia resultar em vantagem numérica para o exército invasor se as forças dispersas se reunissem no ponto escolhido, muito similar à ideia napoleónica de dividir para conquistar e aplicada com sucesso na Campanha do Ulm, em 1805.

Como contingência, Bourcet achava que era necessário que a marcha fosse em coluna e pronta para combate, pois defendia que não havia diferença entre marchar em campanha e marchar para o campo de batalha. Esta medida teria provavelmente em conta a possibilidade de encontrar o inimigo durante a marcha separada, sendo mesmo pedido pelo teórico que haja uma linha de comunicações sempre aberta entre as unidades em marcha e caso uma unidade esteja a ser atacada, a unidade vizinha deve ajudá-la. Para além da permanente comunicação e entre ajuda, uma unidade que avance em demasia sobre as linhas inimigas deve esperar pela unidade vizinha, de forma que o inimigo não marchasse entre elas e atacasse a retaguarda de uma delas. A existência de mais unidades significaria uma maior responsabilidade para o comandante das forças e de forma a aliviar a carga do comando, Bourcet considerava necessário que, para além do exército, cada unidade deveria ter o seu líder e estado-maior próprio. Estes deveriam assumir a distribuição de ordens dentro das unidades, ter funções especializadas e manter o principal chefe do estado-maior informado. O último seria o principal apoio do comandante-em-chefe do exército, tendo como funções: manter o contacto entre as várias unidades, supervisionar directamente as missões de reconhecimento, a inteligência militar, tratar dos reforços, abastecimento e apresentar um plano com várias ramificações e contingências<sup>(13)</sup>. O conhecimento do inimigo e do terreno era visto como fundamental para o exército e para as unidades divididas, pois cada uma marcharia de acordo com o terreno e o seu comandante deveria conhecer as estradas e outras rotas para poder rapidamente adaptar-se, mantendo assim a fluidez da marcha e a capacidade de mudar de funções, de acordo com a movimentação inimiga ou ordens superiores. A verdade deveria servir de base para toda a informação, sendo considerado um erro esconder qualquer informação, por pior que seja, ao comandante.

Entre os vários pensadores militares que apareceram após o fim da Guerra dos Sete Anos, o mais influente no exército francês foi o militar Jacques-Antoine-Hippolyte de Guibert, mais conhecido por Conde de Guibert (1743-1790). Apesar de ainda jovem, acompanhou o pai na Guerra dos Sete Anos, onde o ancião foi membro do estado-maior do Duque de Broglie nas campanhas do Reno, de 1759-1761. A derrota francesa de 1763 levava à ideia que o exército francês precisava de reformas, sendo Guibert um dos defensores mais acérrimos de uma guerra mais móvel em detrimento da guerra onde a manobra dependia em demasia das posições e fortificações do Antigo Regime. No ano de 1772, publicou, de forma anónima, o *Essai Tactique Générale*, que viria a ter o seu nome na publicação de 1773 e uma defesa dos críticos, em 1779, na obra *Défense du système*



*de guerre moderne.*

A disciplina férrea, o uso do choque, da infantaria ligeira e da tática oblíqua por parte dos prussianos deixara uma forte impressão na Europa, levando muitos dos reinos europeus a escrever novos tratados de treino militar que imitassem as contrapartes prussianas. Esta escola prussiana e a forma de guerra de Frederico o Grande, foram uma importante influência em Guibert, levando-o a defender uma guerra mais simples baseada na flexibilidade e manobras rápidas<sup>[14]</sup>. O *Essai Generale de Tactique* defendia a disciplina e treino mais simples para o soldado, defendendo o treino em unidade do tiro, da manobra e do choque com a baioneta. No entanto, a marca mais importante na teoria militar foi a defesa de um exército nacional e de cidadãos em detrimento do exército profissional do século XVIII, constituído, segundo este, por mercenários e elementos que escapavam a uma vida de pobreza ou crime. A obra de Guibert apresentou igualmente a defesa da mobilidade e promoveu uma nova organização do exército. O teórico militar manteve a linha teórica de unidade autónoma, defendendo a divisão do exército em unidades unitárias mais pequenas, propondo também a ideia de divisão e preferindo mesmo a unidade batalhão (infantaria) e esquadrão (cavalaria) em vez da unidade regimento, que era normalmente constituída por um número de batalhões ou esquadrões, de acordo com a arma que pertencia. Ele considerava que um exército mais pequeno, e com unidades pequenas, era mais fácil de manobrar e possuiria maior mobilidade em marcha. A nível de combate, considerava que as unidades a nível batalhão e esquadrão seriam mais fáceis de manobrar no campo de batalha pelos seus comandantes. Na sua apresentação do efectivo de um exército, Guibert considera que um batalhão deveria ter cerca de 400 homens e o esquadrão perto 120 homens<sup>[15]</sup>, sendo o exército em campanha constituído por 80 batalhões de infantaria, 80 esquadrões de cavalaria, 2 mil soldados de infantaria ligeira e cento e cinquenta peças de artilharia. É com este efectivo que o autor faz um ensaio quanto à divisão de forças, teorizando que os 80 batalhões de infantaria deveriam ser divididos em 3 divisões, Direita, Centro e Esquerda, e que haveria duas divisões de cavalaria, as alas, a 40 esquadrões cada uma, e a artilharia seria dividida em 3 divisões, estando apenas uma ligada a uma das divisões de infantaria. Como se pode observar, não há divisões de armas combinadas, a única seria a Guarda Avançada que teria infantaria ligeira, granadeiros, dragões e algumas peças de artilharia<sup>[16]</sup>. O comando destas forças estaria dividido, estabelecendo para a liderança da divisão um tenente general que teria o apoio de dois marechais de campo (comandantes a nível brigada) para comandar os esquadrões e batalhões da sua unidade.

Tal como as unidades descritas por Bourcet e Maurice de Saxe, estas poderiam estabelecer o seu plano de marcha, em coluna e prontas para combate, quer a nível divisão quer a nível batalhão, de forma a adaptarem-se aos obstáculos das suas rotas. Além destas medidas, o autor propõe o abandono do sistema de abastecimentos baseado nos trens e depósitos que percorrem com as linhas de comunicações. Ele pretende que o exército viva da terra e das colheitas regionais, tal como preconizado por Maurice de Saxe, de forma a marcha aumentar a sua cadência de passos, pois a usada na altura, 60 passos, era de forma os trens e outros vagões acompanharem o exército. Considerava que, com isto, o exército seria mais rápido, com a possibilidade de ter uma cadência 120 passos, e agressivo, podendo com isto ter maior capacidade para a penetração em

território inimigo, ameaçar as suas linhas interiores e fazer assim a guerra ofensiva. As ideias de Guibert foram bem aceites, acabando mesmo por cooperar em várias reformas no exército francês durante a década de 1770, durante o ministério do Conde de Saint Germain<sup>[17]</sup>, sendo uma peça influente do uso tático de cada arma. Na infantaria, sobre o uso do *ordre profound* (coluna) e a *ordre mince* (linha), contribuiu para o debate com a criação da *ordre mixte*, que usava ambas as formações, de forma a aproveitar a capacidade de fogo e choque de ambas. Quanto à artilharia e cavalaria, tem para cada uma uma opinião contrária. Para a cavalaria, defendia a sua divisão a nível funcional e a concentração desta em batalha para ser usada pelo comandante num momento decisivo. O oposto ocorre para a artilharia, este não era apreciador do conceito de Grandes Baterias que viria a encontrar adeptos em Gribeauval e nos irmãos du Teil, pois considerava que esta deveria ser uma arma de apoio secundário e na rectaguarda. Apesar da opinião de Guibert, e do seu peso no pensamento militar, a artilharia não foi menosprezada e não só foi alvo de importantes reformas como começou a ser teorizada como arma ofensiva. Começando por Gribeauval, este introduziu um sistema que padronizou as peças de artilharia, onde é notório a aposta em peças de calibre mais ligeiro. Isto porque o militar francês defendia que peças mais ligeiras seriam armas de apoio da infantaria. Os irmãos Du Teil foram mais longe, defendendo esta arma não só como de apoio da infantaria, mas também como ofensiva, especialmente se fosse usada em massa e para ataques concentrados num determinado ponto das linhas inimigas, a teoria das Grandes Baterias. Dos irmãos, destaca-se Jean Pierre Du Teil, que se tornaria professor de Napoleão em Auxonne.

O exército francês passa por um período de reformas importantes nos ministérios de Choiseul e do Conde de Saint Germain, durante as décadas de 1770 e 1780. A doutrina de mobilidade, artilharia ligeira e melhor organização depressa se integrou no seio militar francês, com a arma de artilharia a passar por um processo de padronização, incitado por Gribeauval, que promovia peças menores, com os tamanhos padrão de 6, 8 e 12 polegadas, e mais fáceis de transportar. A nível administrativo, a ordenança de 1776 introduziu as divisões administrativas<sup>[18]</sup>, que seriam governadas por um tenente-general que assumiria a responsabilidade dos vários regimentos locais. Não só teria unidades regimentais de todas as armas como teria que supervisionar o seu policiamento, reforços, abastecimento e treino de manobras das unidades. A forma de guerra de Frederico o Grande tinha tido as suas repercussões, no entanto, era o antigo inimigo francês que passava por maiores mudanças. Além disso, o exército francês efectuou vários exercícios nestas duas décadas, especialmente em Metz, sob a tutela de Broglie, onde se verificou uma evolução constante na profissão da arma de artilharia e no uso de exercícios de armas combinadas. Contudo, nem todas foram aceites, a lei Ségur, de 1781, estabeleceu que a entrada no quadro de oficiais só seria feita por nobres cuja ascendência tinha de ser, no mínimo, desde a quarta geração, uma medida que pretendia, acima de tudo, diminuir o número de oficiais e acabou por ser visto como um ataque à classe média e burguesa. Esta seria abolida, em 1789, com chegada da Revolução Francesa e o fim dos privilégios.



## ***As introduções feitas nas Guerras da Revolução Francesa***

A fase seguinte é de transição, com as teorias a passarem para a parte prática durante as Guerras da Revolução Francesa. O conflito entre a França Revolucionária e as várias potências europeias tornou-se no campo ideal para implementar e testar as teorias dos vários pensadores militares referidos anteriormente. Em Agosto de 1791, antes do conflito, é introduzida no exército o *Réglement concernant l'exercice et les manoeuvres de l'infanterie*, uma ordenança que traz mudanças quanto ao treino, formações e manobras da infantaria de linha, e que tem como grande alteração a introdução da *ordre mixte*, defendida por Guibert, como formação padrão. No entanto, seria a situação inicial do conflito, entre 1792-1793, que obrigaria a Convenção Nacional a alterações profundas na organização do exército e mesmo na sua doutrina. Neste período, a França está com vários problemas que podem resultar na sua derrota e no fim da revolução: a guerra é disputada em várias frentes (Flandres, Reno, Pirenéus, Vendeia, Sul de França), a recente derrota em Neerwinden, o risco de perder a recém-conquistada Flandres, a perda de grande parte dos seus oficiais, fruto da fuga da nobreza *émigré*, cerca de 6000 oficiais<sup>[19]</sup> fugiram, e da purga de oficiais nobres por suspeitas de contra-revolução, e os voluntários de 1792 não deram número suficiente para tantas contingências, sendo ainda notório a falta de disciplina e de treino entre as novas hostes. É neste período que se destaca os esforços dos vários executivos, desde o Comité de Salvação Pública ao Directório, na organização do exército, entre 1792 e 1795

Uma das primeiras medidas é feita por Dubois-Crancés, que contribuiu para a elaboração do decreto lei de 21 de Fevereiro de 1793, *Decrét sur l'organisation de l'armée*, aprovado no mesmo dia que fora eleito presidente da Convenção Nacional. O documento estabelece no artigo III, da Primeira Secção, a organização de uma *demi-brigade* a três batalhões, com a *amalgame* de um batalhão veterano e outros dois de voluntários de 1792, e define no artigo II do Título VIII Estados-Maiores, que uma divisão seja organizada por quatro *demi-brigades*<sup>[20]</sup>. As mudanças não ficam por aí, o decreto estabelece também um estado-maior para a escala exército, divisão e *demi-brigade*, e uma nova hierarquia, com o fim do posto de tenente general e marechal de campo e a sua substituição por general de divisão e general de brigada. Através desta, verifica-se o fim da unidade regimento e criação de duas novas unidades de combate, a *demi-brigade* e a divisão.

A sucessão de medidas, para alterar o resultado do conflito, prosseguiu nos anos seguintes. Após o fracasso do voluntariado de 1792, a Convenção Nacional teve de impor, em Agosto de 1793, a *levée en masse*, conscrição obrigatória em massa, de forma a obter um efectivo suficiente para combater nas várias frentes. E seria o próprio Dubois-Crancé, no cargo de representante em missão, que propôs, a 3 de Dezembro de 1793, no *Rapport sur l'embrigadement des armées, au nom du Comité militaire*, uma nova *amalgame* para as *demi-brigades*, bem como a padronização do uniforme azul para evitar rivalidades entre os veteranos, que usavam o branco, e os recrutas, que usavam o da Guarda Nacional. A *demi-brigade* manteve-se a três batalhões, só que seria constituída por um

batalhão veterano de linha, um de voluntários de 1792 e outro de recrutas conscritos de 1793<sup>[21]</sup>. A *amalgame* pretendia, em ambos os casos de 1792 e 1793, disfarçar a inexperiência dos recrutas com a presença das tropas regulares de linha e juntar o espírito militar dos veteranos ao espírito republicano dos voluntários, cuja maioria era originária da então extinta Guarda Nacional. As unidades veteranas teriam também de treinar e ajudar na adaptação dos seus novos camaradas, de forma a evitar deserções. Para além disso, muito contribuiu os esforços de generais como Dumoriez, Kellerman e Custine em preparar estas forças, com o último a criar um campo de treino onde seriam treinados vários batalhões, sendo estes depois enviados para os seus exércitos, com o intuito de treinarem os restantes batalhões, mantendo assim as forças em posições nevrálgicas para a defesa da nação e, ao mesmo tempo, a efectuarem exercícios de formação e combate.

Quanto ao quadro de oficiais, as vagas deixadas pelos nobres foram preenchidas através da promoção em massa por mérito e por eleições entre os soldados até ao posto de tenente-coronel. Entre os voluntários, devido à sua natureza regional, houve duas tendências: a de eleger os elementos locais mais prestigiados, como os futuros marechais Brune ou Jourdan, ou com maior experiência militar, como Massena. Entre as tropas regulares, as tendências foram similares, havendo o acréscimo de escolherem aquele que eles consideravam ser o mais capaz de os fazer sobreviver<sup>[22]</sup>. O resultado foi um quadro de qualidade mista e bastante politizado, pois os representantes em missão, que podiam promover oficiais, fizeram-no muitas vezes por razões pessoais e ideológicas. Esta influência política esteve também presente na promoção dos generais, pois, apesar da nomeação ser feita pelo Ministério de Guerra, era aprovado em última instância pela Convenção Nacional, que tinha a mesma atitude que os seus representantes em missão. Além disso, afastaram, numa purga de carácter ideológico, vários oficiais nobres e de reconhecido mérito, como Kellerman e Berthier, contra a vontade de Carnot, que acreditava no mérito e experiência como vitais na escolha de oficiais. Esta purga foi parada com o fim do Comité de Salvação Pública, o executivo da Convenção Nacional, e muitos voltaram ao activo com o Directório, que pretendia acabar com radicalismo jacobino vigente. Aliás, este executivo, através da nova Lei d'Aubry, do 14 do Germinal do ano IV, manteve a eleição de oficiais, contudo, com novo procedimento eleitoral que estabelecia o fim da eleição entre as praças e entregava esta aos oficiais das *demi brigades* que detinham também o poder de nomear os candidatos entre os mais antigos, regressando a antiguidade com parâmetro de escolha.

Mesmo com estas circunstâncias no efectivo militar, Lazare Carnot e a Convenção Nacional defenderam uma guerra agressiva e ofensiva junto dos generais franceses, com o executivo a enviar representantes em missão para assegurar que isso acontecesse. Estes novos elementos tinham também outros objectivos, como: vigiarem o comportamento dos comandantes franceses, verificar se o exército estava abastecido e devidamente equipado, impor a disciplina dentro das hostes francesas e promover a ideologia republicana e o patriotismo através da ideia de *patrie en danger*<sup>[23]</sup>. A medida mais extrema foi, sem dúvida, a ameaça da guilhotina a qualquer general que recuasse ou desobedecesse ou fosse suspeito de ser contra-revolucionário, como sucedeu aos generais Custine e Houchard. Dos representantes em missão, os mais conhecidos são

Dubois-Crancés, Salicetti e Saint Just, que contribuíram com importantes relatórios e a promoção de generais como Hoche, Moreau, Pichegru e Bonaparte. Uma das políticas promovidas para aproveitar-se da guerra ofensiva, fruto da falta de recursos para um efectivo tão grande, foi a de viver da terra por parte dos exércitos franceses<sup>[24]</sup>, que deu mobilidade aos exércitos que lutaram na Flandres e Holanda e voltaria a ser usado em Itália.

Muitos dos relatórios enviados por estes comissários de guerra seria importantes para avaliação do exército e da resposta deste às ordenanças que foram sendo impostas. Um dos relatórios, *Rapport et projet de décret, sur l'arme de l'artillerie présenté à la Convention nationale, au nom du Comité militaire*, de F. Aubry, originaria uma ordenança, *Décret relatif à l'organisation de l'arme de l'artillerie*, de 27 de Maio de 1795, que organizaria a artilharia e adicionaria companhias de artilharia ligeira a cada batalhão de infantaria, de acordo com o artigo 51<sup>[25]</sup>, contribuindo para a existência de unidades com armas combinadas, neste caso, a duas armas. Pretendia-se com esta medida que a infantaria, ainda em período de transição das recentes *amalgames*, tivesse apoio e cobertura de peças ligeiras de artilharia. Em relação à cavalaria, o decreto de 20 de Janeiro de 1794<sup>[26]</sup> mantém a unidade regimento como a principal havendo agora uma organização que estabelece a composição do estado-maior, do efectivo quanto a esquadrões e companhias e quais as funções (cavalaria de linha e ligeira). No entanto, sua prestação não foi a melhor ao longo do conflito, fruto de ter perdido grande parte dos seus comandantes e membros do quadro de oficiais durante a fuga dos nobres, não fosse a cavalaria a arma preferencial para a alta e média nobreza. Contudo, com o decorrer do conflito as prestações melhoraram e o exército foi capaz de formar uma nova geração de oficiais de mais-valia, como Lassalle, Murat, Mountbrun, Lepic, Kellerman e muitos outros que seriam líderes da cavalaria da Grande Armée.

## ***Conclusão: os resultados e o legado***

A partir de 1794, o exército francês através seu maior efectivo, mobilidade e de nova geração de generais talentosos, começou a obter várias vitórias. A Flandres foi ocupada, a Holanda conquistada e afastaram os prussianos e espanhóis do conflito. A partir de 1795, começaram a ameaçar os austríacos em Itália e na Alemanha. Na frente do Reno estiveram o *Armée du Sambre et Meuse* de Jourdan e o *Armée du Rhine et Moselle* de Pichegru, forças constituídas pelas tropas vencedoras das campanhas da Flandres e da Holanda. Na frente italiana, o futuro *Armée du Italie* era reforçado por tropas veteranas dos Pirenéus. Os resultados ambíguos de ambas as partes resultou em mudanças de liderança, Pichegru foi substituído por Moreau e Schérer pelo, então, jovem general Bonaparte, que viria a dar início a uma carreira militar fulgurante. Enquanto Napoleão vencia em Itália, através da mobilidade e rápida concentração das suas forças perante os mais numerosos, mas dispersos, austríacos e piemonteses, no Reno, a mobilidade e a política de viver da terra começaram a ter as suas consequências com problemas logísticos, disciplinares e mesmo de estratégia, a resultar em várias derrotas dos

exércitos de Pichegru, Moreau e Jourdan, perante Wurmser e o jovem Arquiduque Carlos, preconizando os problemas-padrão da *Grande Armée* em futuras campanhas. Jourdan e Moreau tiveram um bom início, após as derrotas de 1795, mas penetraram demasiado em território alemão, aumentando em demasia a distância das suas linhas de comunicação e a estarem demasiado afastados para a cooperação, tornando-se, a partir do verão de 1796, em presas mais acessíveis para o Arquiduque Carlos que derrotou Jourdan, em Wurzburg, e depois forçou a retirada de Moreau, na zona de Baden. Demonstrando que a nova forma de guerra francesa era uma faca de dois gumes quando penetrava em demasia em território inimigo.

David Chandler referiu que Napoleão pegou nestes vários ingredientes, teorias e práticas, para a sua forma de guerra<sup>[27]</sup>. As ideias de marcha dispersa e rápida concentração para a batalha de Bourcet foram usadas em Itália, Ulm e Jena, a teoria de mobilidade e guerra ofensiva de Guibert e Maurice de Saxe esteve sempre presente na doutrina napoleónica, a *ordre mixte* tanto é usada em 1796, em Castiglione, por Augereau, como em 1805, em Austerlitz, por Soult, e a ideia dos Du Teil de concentrar a artilharia em Grandes Baterias foi usada de forma sistemática, como, por exemplo, em Wagram quando esta foi organizada por Lauriston para fustigar as linhas austríacas. Já Guibert viu a sua ideia de divisão funcional da cavalaria aplicada na *Grande Armée* e a teoria de concentrar a Cavalaria para momentos essenciais foi usada na carga de Eylau. Napoleão teve sempre ao seu dispor unidades destas armas concentradas em unidades apelidadas de Reservas de Artilharia e de Cavalaria, a última foi peça vital na estratégia napoleónica, enquanto força multifuncional, capaz de reconhecimento, recolha de informação, choque e perseguição ao inimigo, como se verificou com o sucesso do Corpo de Reserva de Cavalaria de Murat, nas campanhas do Ulm, Austerlitz e Jena.

Durante o período revolucionário, o exército francês já começou a caracterizar-se pelas suas acções de armas combinadas, principalmente entre artilharia e infantaria, mobilidade, facilidade de comunicação entre o comando e maior capacidade de manobra. As suas vitórias foram tão impressionantes que levaram Von Scharnorst a escrever *Die Ursachen des Glücks der Franzosen im Revolutionskrieg, O porquê da boa fortuna dos franceses nas Guerras da Revolução*, e o Arquiduque Carlos começou a estudar e a criar um tratado, chamado a *Guerra aos Novos Francos*, para o seu comando com base nas prestações do exército revolucionário francês e na reacção das forças austríacas perante este<sup>[28]</sup>. Aí ,ficou surpreendido como um exército bem equipado e disciplinado estava a perder para outro que se caracterizava pelo oposto, pela falta de cavalaria e alto comando profissionalizado. Justificou com o facto de os austríacos estarem demasiados concentrados em fazer a guerra defensiva, mais preocupados com as suas linhas de comunicação e que a extensa linha defensiva permitia aos franceses concentrarem forças superiores num determinado ponto<sup>[29]</sup>. As prestações do exército francês já estavam a motivar uma reacção de uma nova geração de militares, e curiosamente seriam o Arquiduque Carlos, como líder do exército austríaco, e Von Scharnhorst, como um dos ministros de guerra da Prússia, a implementarem importantes reformas nas organização e forma de combater dos seus exércitos após as derrotas de Austerlitz e de Jena-Auerstadt.

Ainda hoje, estas acções influenciam o estudo da guerra napoleónica, levando Brent Nosworthy a dizer que estas foram as soluções para contrariar o que o historiador chamou de Guerra de Posições, dependente das fortalezas, depósitos, trens logísticos e que resultava em marchas lentas. Esta nova guerra seria chamada de impulso, *impulse warfare*, feita de forma ofensiva, agressiva, o mais célere possível e com constantes penetrações ao território inimigo, tal como era pretendido por Maurice de Saxe e Guibert e que Napoleão tão depressa aprendeu e adoptou para a sua estratégia. Guerra essa que o exército revolucionário francês fez, a partir de 1792, e que levou o historiador Robert Roswell Palmer a dizer que era o fim da guerra dos reis e princípio da guerra dos povos.

## Bibliografia

Abel, Jonathan, 2010, Jacques-Antoine-Hippolyte, Comte de Guibert's Military Reforms: Enlightened Evolution or Revolutionary Change? DOI: [www.napoleonicsociety.com/english/pdf/j2010abel.pdf](http://www.napoleonicsociety.com/english/pdf/j2010abel.pdf).

Beckett, Ian F.W., 2000 (Paperback Edition), "An Honest Man - Moncey", Napoleon's Marshals, 296-309, ed David G. Chandler, London: Weidenfeld & Nicolson.

Blaufarb, Rafer, 1997, "Démocratie et professionnalisme: l'avancement par l'élection dans l'armée française, 1760-1815", in Annales historiques de la Révolution française, nº 310. DOI: [http://www.persee.fr/doc/ahrf\\_0003-4436\\_1997\\_num\\_310\\_1\\_2079](http://www.persee.fr/doc/ahrf_0003-4436_1997_num_310_1_2079).

Broglie, Duc de, 1760, Instruction pour la cavalerie de l'armée du Roi, commandée par M. le maréchal duc de Broglie, Francfort: Frères Van Duren. DOI: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5467940d>.

Chandler, David, 1995, "Part Three Napoleon's Art of War", in The Campaigns of Napoleon, 13<sup>th</sup> Edition, 1<sup>st</sup> Edition (1966), 133-204, London: Weidenfeld and Nicholson.

Colin, Jean, 1901a, "II - La Guerre Autrefois - 4<sup>e</sup> Origines du principe divisionnaire", L'Education Militaire de Napoléon, 28-31, Paris: Librairie Militaire du Rue Chapelot. DOI: <https://archive.org/details/lducationmilit00coliuoft>.

\_\_\_\_\_, 1901b, "IV-Grande Tactique", L'Education Militaire de Napoléon, 47-64 Paris: Librairie Militaire du Rue Chapelot; DOI: <https://archive.org/details/lducationmilit00coliuoft>.

Convention Nationale, 1793, Décret de la Convention nationale du 21 février 1793 l'an II de la République française, relatif à l'organisation de l'armée, Grenoble: Imprimerie d'Allier. DOI: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6257532x>.

Dubois-Crancé, Edmond, 1793a, *Rapport de Dubois-Crancé, au nom du Comité de la guerre, sur l'organisation de l'armée*, Paris: Imprimé par le Convention nationale, de l'Imprimerie nationale. DOI: <https://archive.org/details/rapportdedubois00dubo>.

**Revista Militar N.º 2605/2606 - Fevereiro/Março de 2019 - Número Temático , pp 233 - 248.**

:: Neste pdf - página 13 de 17 ::

\_\_\_\_\_, 1793b, *Rapport de Dubois-Crancé, au nom du Comité de la guerre, sur l'embrigadement de l'armée*, Paris: Imprimé par le Convention nationale, de l'Imprimerie nationale. DOI: <https://archive.org/details/rapportsurlembri00dubo>.

Duvergier, Jean-Baptiste Marie, ed, 1834, "21 nivose = 1er pluviôse an 2 (10 = 20 janvier 1794) - Décret concernant la cavalerie", in *Collection complète des lois, décrets, ordonnances, règlements, et avis du Conseil d'Etat* Volume 6, 389-391, Paris: Guyot et Scribe. DOI: <https://books.google.pt/books?id=hPJUAAAACAAJ>.

\_\_\_\_\_, 1835, "18 Floréal an 3 (7 mai 1795)-Décret relatif à l'organisation de l'artillerie", in *Collection, des lois, décrets, ordonnances, règlements, et avis du Conseil d'Etat* Volume 8 Deuxième Edition, 107-111, Paris: Guyot et Scribe. DOI: <https://books.google.pt/books?id=bw9IAAAAACAAJ>.

Guibert, Comte de, 1773, "XI- Project d'un Camp d' Instruction; Composition et Division de l'Armée qu'on propose d'y Rassembler", *Essai General Tactique* Volume 2, 70-80, Liege: Plomteux Imprimeur. DOI: <https://archive.org/details/essaignraldetac01guibgoog>.

Griffith, Paddy, 2007, *French Napoleonic Infantry Tactics 1792-1815*, Oxford: Osprey Publishing.

Hyatt, A.J.M, 1966-67, "The Origins of Napoleonic Warfare: A Survey of Interpretations", *Military Affairs*, Vol. 30, No. 4 (Winter, 1966-1967), 177-185. DOI: <http://www.jstor.org/stable/1985398>.

Kiley, Kevin, 2000, *Theorists, Instructors, and Practitioners: The Evolution of French Doctrine in the Revolutionary and Napoleonic Wars*. DOI: [http://www.napoleon-series.org/military/organization/c\\_tactics.html](http://www.napoleon-series.org/military/organization/c_tactics.html).

Liddel-Hart, 1933, "Generation- The Militaire Renaissance of the Eighteen Century", *The Ghost of Napoleon*, 15-50, Londres: Faber and Faber limited. DOI: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.175091>.

\_\_\_\_\_, 2011 (versão original 1941), "VIII-Revolução Francesa e Napoleão Bonaparte", in *Estratégia*, 138-171, eds Paula Almeida, Lisboa: Tinta da China.

Marshall-Cornwall, James, 2002, 1967 (1ª Edição) "II-Military Legacy Inherited by Napoleon", in *Napoleon as Military Commander*, 24-33, New York: Penguin Books.

Nosworthy, Brent, 1995, "Origins of the Impulse Warfare", in *Battle Tactics of Napoleon and his Enemies*, 83-102, London: Constable, 1995.

Ross, Steven, 1965, "The Development of the Combat Division in Eighteen Century French Armies", in *French Historical Studies*, Vol. 4, No. 1, Durham: Duke University Press. DOI: <http://www.jstor.org/stable/285876>.

Rothenberg, Gunther, 1980a, "1- Armies and Warfare during the last years of the Ancien



Régime”, in *Art of Warfare in the Age of Napoleon*, 11-30, Bloomington: Indiana University Press.

\_\_\_\_\_, 1980b, “4- The French Revolutionary Armies and their new Art of War”, in *Art of Warfare in the Age of Napoleon*, 95-125, Bloomington: Indiana University Press.

\_\_\_\_\_, 1982, “II- The War of the First Coalition and the Emergence of Archduke Charles”, *Napoleon’s Great Adversaries: The Archduke Charles and Austrian Army 1792-1814*, 30-49, Indiana: Indiana Univ Pr; First Edition edition.

Saxe, Comte Maurice de, 1779a, “Chapter II – Of the Legion”, in *Reveries Concerning the Art of War*, 24-41, Edinburgh: Printed by Sands, Donaldson, Murray, and Cochran. DOI: <https://archive.org/details/reveriesormemoir00saxe>.

\_\_\_\_\_, 1779b, “Chapter III – Article 5 Of Foraging”, in *Reveries Concerning the Art of War*, 57-59, Edinburgh: Printed by Sands, Donaldson, Murray, and Cochran. DOI: <https://archive.org/details/reveriesormemoir00saxe>.

\_\_\_\_\_, 1779c, “Chapter II- Reflections upon war”, in *Reveries Concerning the Art of War*, Edinburgh: Printed by Sands, Donaldson, Murray, and Cochran. DOI: <https://archive.org/details/reveriesormemoir00saxe>.

Strachan, Hew, 2005, (1983 1ª edição), “3-The Eighteenth-Century Revolution in Tactics”, in *European Armies and the Conduct of War*, 23-38, London: Routledge, Taylor and Francis Publishing Co.;

Telp, Claus, 2005, “Military Theory and Practise: 1740-1791”, in *The Evolution of Operational Art 1740-1813: From Frederick the Great to Napoleon*, London: Taylor and Francis Publishing Co.

Wasson, James Major, 1998, *Innovator or Imitator Napoleon’s Operational Concepts and Legacies of Bourcet and Guibert*, Fort Leavenworth, Kansas: School of Advanced Military Studies United States Army Command and General Staff College. DOI: [www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA357424](http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA357424).

Nota: O autor não adoptou o novo acordo ortográfico.

---

<sup>[1]</sup> Hyatt 1966-67, 175-176.

<sup>[2]</sup>  
— Hyatt 1966-1967, 167-177.

<sup>[3]</sup>  
— Liddell-Hart 1933, 15-50.

<sup>[4]</sup>  
— Saxe 1779, 24.

<sup>[5]</sup>  
— Idem, *ibidem*, 24-41.

<sup>[6]</sup>  
— *ibidem*, pp 39.

<sup>[7]</sup>  
— Saxe 1779, 94-95.

<sup>[8]</sup>  
— Idem, *ibidem*, 93-94.

<sup>[9]</sup>  
— Marshall-Cornwall 2002, 28.

<sup>[10]</sup>  
— Idem, *ibidem*, 28.

<sup>[11]</sup>  
— Broglie 1760, 8-17.

<sup>[12]</sup>  
— Idem, *ibidem*, pp 14.

<sup>[13]</sup>  
— Wasson 1998, 10.

<sup>[14]</sup>  
— Abel 2010, 1.

<sup>[15]</sup>  
— Guibert 1773, 71-73.

<sup>[16]</sup>  
— Idem, *ibidem*, 73-74.

<sup>[17]</sup>  
— Abel 2010, 10.

<sup>[18]</sup>  
— Ross 1965, 84-94.

<sup>[19]</sup>  
— Becket 2000, 299.

<sup>[20]</sup>  
— Décret de la Convention nationale 1793, 24;

<sup>[21]</sup>  
— Dubois-Crancé 1793b, 3.

<sup>[22]</sup>  
— Blaufarb 1997, 608-611.

<sup>[23]</sup>  
— Rothenberg 1980, 111-112.

<sup>[24]</sup>  
— Chandler 1995, 159.

<sup>[25]</sup>  
— Duvergier 1834, 107-111.

<sup>[26]</sup>  
— Idem, 1835 389-391.

<sup>[27]</sup>  
— Chandler 1995, 144-146.

<sup>[28]</sup>  
— Rothenberg 1982, 42-43.

<sup>[29]</sup>  
— Idem, ibidem, 43.